CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 06 / 2016

1 Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal da Assistência Social de Santos
2 – CMAS, realizada no dia **03 de maio de 2016**, na sede da Casa de Participação Comunitária,
3 situada à Avenida Rei Alberto I, nº 119 – Santos/SP, com a presença de conselheiros e
4 convidados, cujas assinaturas constam na lista em anexo que faz parte integrante desta ata.
5 Em segunda chamada, o Sr. Leandro Lapetina Freire, Presidente, cumprimenta e agradece a
6 presença de todos os presentes e passa a seguir para **Item 1) Apresentação e Deliberação**
7 **da Ata da Assembleia Geral Ordinária de 05/04/2016:** o Sr. Leandro Lapetina Freire,
8 Presidente, relata que a mesma não ficou pronta e ficará para a próxima Assembleia de
9 Junho/2016. A Sra. Lucy Freitas pede a palavra, e relata que as atas deveriam ser entregues
10 antes das reuniões, com no máximo cinco dias, pois ela não concorda de deixar para o próximo
11 mês, pois existem assuntos que irão cair no esquecimento, e que não poderiam deixar passar
12 tanto tempo, com a palavra, o Sr. Leandro Lapetina, Presidente, o mesmo relata que o
13 Conselho entende que as pessoas têm outras funções além de serem Conselheiras, então
14 acumula-se funções. A Sra. Tais Aguiar, relata ainda que ficaram sem sistema durante três dias,
15 pois ocorreu um problema no poste (CPFL/VIVO), e por isso houve um atraso de tudo que diz
16 respeito a Casa. **Item 2) Suspensão da inscrição do serviço da Ação de Recuperação**
17 **Social (ARS):** com a palavra o Sr. Leandro Lapetina, Presidente, relata que o Conselho
18 recebeu um ofício da entidade direcionada à presidência, onde a presidente a Sra. Miriam de
19 Domênico Rodrigues, solicita a suspensão temporária do registro, junto ao Conselho, até que
20 ela possa reorganizar as ações dentro das Normativas da Política de Assistência Social,
21 tivemos reunião enquanto Secretaria de Assistência Social, Gestão da Proteção Social Básica
22 com a entidade, pois a mesma estava se propondo a executar o Serviço de Convivência e
23 Fortalecimento de Vínculos, em atenção a Resolução do Conselho Municipal da Assistência
24 Social, que orienta as entidades que tem interesse em executar o Serviço de Convivência, que
25 devam primeiramente conversar com a Gestão da Política de Assistência Social para alinhar
26 sua ação. O que foi cumprido, realizamos a reunião, e em conjunto entendeu-se que a proposta
27 não estava de acordo com a Política, então partindo disso a Entidade solicita a suspensão
28 temporária, para que possa reorganizar as ações dentro da Política de Assistência Social. **Item**
29 **3) Suspensão da inscrição do serviço do Centro de Convivência Esperança e Vida:** Com
30 a palavra o Sr. Leandro Lapetina, Presidente, relata ter recebido um ofício da Presidente, Sra.
31 Izilda Maria Dias Glória, colocando que o Centro de Convivência Esperança e Vida, em
32 atenção às solicitações apontadas por este Conselho e de forma atender as diretrizes da
33 Política de Assistência Social, vem solicitar a suspensão da inscrição de nº 22, pelo período de
34 6 (seis) meses, previsto na Resolução Normativa 209/2011 do CMAS, a Sra. Izilda ainda relata
35 que o pedido deve-se ao fato da Instituição estar reformulando o atendimento prestado ao
36 usuário quanto a inserção ao mundo do trabalho. O objetivo da Instituição é reestruturar o

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 06 / 2016

37 projeto de qualificação profissional dos usuários e posteriormente, sua inserção ao mundo do
38 trabalho. O Sr. Leandro Lapetina, Presidente, relata ainda que sua atuação maior está ligado a
39 Educação Especial, tinham um serviço inscrito na questão da qualificação ao mundo do
40 trabalho, e a partir do momento que foi realizada visita a Instituição pelos Conselheiros,
41 conversando com a equipe técnica da Instituição, chegou-se a um acordo de a Instituição não
42 estavam indo de acordo com a Política de Assistência Social, então para tal a própria Entidade
43 solicita a suspensão, para que ela possa reorganizar sua atuação dentro da Política de
44 Assistência Social. O Sr. Leandro Lapetina, Presidente pede a inversão da pauta, para o **Item 6)**
45 **Informes do CMAS:** Com a palavra o Sr. Leandro Lapetina Freire, Presidente, como é de
46 conhecimento de todos, as Entidades que tem inscrição neste Conselho, elas têm o prazo de
47 janeiro até 30 de abril, para revalidar sua inscrição neste Conselho, desde janeiro então, este
48 Conselho encaminhou a documentação via correio as entidades, publicamos no Diário Oficial
49 (D.O.), mandamos e-mail. Tivemos quatro situações de quatro Entidades, por motivos diversos,
50 não conseguiram cumprir o prazo de inscrição para revalidação de sua inscrição, como
51 entendemos, que a Assembleia é soberana, e o prazo foi ultrapassado (30 de abril), nós
52 convidamos as Entidades que tiveram essas dificuldades, para que pudessem estar presentes
53 nessa Assembleia, justificassem suas dificuldades e solicitassem que este Conselho pudesse
54 aceitar a documentação fora do prazo. Vale ressaltar que as quatro Entidades possuem
55 convênios com a Secretaria de Assistência Social, convênios de Ação Continuada, convênios
56 de extrema necessidade para a execução da Política de Assistência Social, cada um irá
57 explicar sua dificuldade com relação a entrega da documentação para a revalidação. As
58 quatro entidades são: Casa Vó Benedita, Lar Santo Expedito, ASPPE e Vidas Recicladas.
59 Com a palavra a Sra. Elisabeth, representante da Casa Vó Benedita, apresenta a sua
60 justificativa “a casa estava fechada, pelo período de férias, mudamos de e-mail, foi recebido o
61 documento, porém não foi repassado, extraviou-se, sei que isso não justifica, porque sabemos
62 que todo ano temos que realizar a revalidação, peço a compreensão, não posso perder esse
63 convênio, pois só temos esse”. Lar Santo Expedito, apresenta a sua justificativa, “no mês de
64 janeiro o documento foi entregue no prédio da frente, quem recebeu foi o funcionário Edmilson,
65 e o mesmo não sabe onde foi parar, isso também não justifica, reconhecemos o nosso erro”.
66 Justificativa da Instituição Vidas Recicladas, “ a nossa única diferença das outras instituições, é
67 que esse papel foi realmente recebido por carta registrada, foi uma falha da nossa equipe, pois
68 eu sou nova no administrativo, eu recebi esse comunicado, mas não soube a importância do
69 mesmo, depois que me foi passado que era um papel importante, que se tratava da nossa
70 revalidação, peço desculpas, pois isso não justifica, a casa necessita deste convênio”. Com a
71 palavra a Sra. Paula, representante da ASPPE, apresenta sua justificativa: “ Peço desculpas,
72 quando a Sra. Adriana, entrou em contato conosco ontem (02/05/2016), ela nos perguntou se

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 06 / 2016

73 tínhamos ciência da importância, claro que nós temos, a ASPPE mudou, eu não sei se o nosso
74 AR está aí, porque a ASPEE mudou de endereço, e quando estávamos na sede nova,
75 mandamos o Estatuto, alteração de endereço, em janeiro, não sei se para as outras instituições,
76 mas é um período muito complicado, por conta das prestações de contas de todos os
77 convênios, então esse e-mail, acho que passou despercebido, nós temos ciência da
78 importância de que nós precisamos dessa certificação e espero que vocês compreendam”.
79 Com a palavra, o Sr. Leandro Lapetina, Presidente, após a apresentação das quatro entidades,
80 quero justificar o porquê que eu trouxe para a Assembleia, nós enquanto Conselho, temos uma
81 Legislação a ser cumprida, com prazo a ser cumprido, a partir do momento que este prazo se
82 expira, na verdade entendo que temos que discutir enquanto colegiado, enquanto Assembleia o
83 procedimento a fazer, ao mesmo tempo, com base nas justificativas, entendemos que também
84 não podemos ser levianos em relação ao processo que impacta diretamente ao serviço de
85 execução direta, então estamos falando de três acolhimentos e um de abordagem social, que
86 executa a abordagem de crianças situação de rua. Acho que equívocos acontecem,
87 importância da participação das entidades no Conselho, de estar presentes, participar do
88 Conselho, não apenas com a inscrição validada, mas sim, participar das Assembleias, discutir,
89 entender tudo que está acontecendo. Iremos fazer a chamada pelos Conselheiros, se o mesmo
90 quiser falar alguma coisa além de votar, fica ao critério. Representando a Secretário de
91 Assistência Social, eu Leandro, sou favorável que as entidades entreguem hoje a
92 documentação pertinente a revalidação, Secretária de Saúde-Michelle se abstêm, Secretária de
93 Esportes-Toninho vota sim, Secretária de Cultura – Ana Lucia, vota sim, Secretária de Finanças
94 – Sr. Roberto, vota favorável, pede que seja feita uma marquinha em cada entidade para evitar
95 reincidência, representando as entidades 2ª Suplente, Priscila, o Sr. Leandro Lapetina,
96 Presidente, pede que a mesma se abstêm, pois ela é parte interessada. Pró-Viver – Ana
97 Cláudia, vota sim, S.O.S. Idosos – Flávia Valentino, vota sim, “relembrando que a Casa das
98 Anas já é o segundo ano que eles atrasam, o ano passado foi a mesma desculpa, porque
99 mudou funcionário, vocês têm um convênio muito sério com a Prefeitura, não tem como não dá
100 importância para isso, é porque não comparecem a reunião”. Representando os Trabalhadores,
101 CRP – Thayná, vota a favor, Fernanda de Souza Santos, vota a favor, Silvana Maria Correia,
102 vota a favor, e representando os usuários, José Amado, vota a favor. Temos 10 votos favoráveis
103 e duas abstenções. Então com 10 votos, que dão 50% + um dos conselheiros, então as
104 Entidades entregam hoje a documentação para revalidar sua inscrição. Continuando com o
105 Item 6 – Informes do CMAS, com a palavra a Secretária Executiva, Sra. Adriana, relata que no
106 ano passado nós tivemos a solicitação da Instituição S.O.S. Idosos, de suspensão do serviço
107 por 6 meses, que se encerrou em dezembro/2015, em fevereiro/2016 nós esquecemos de
108 comunicar, então estamos comunicando hoje, que a Instituição já retomou suas ações

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 06 / 2016

109 normalmente, nós estaremos publicando que a Resolução já perdeu a validade, e que a
110 Instituição já retornou com suas ações. Com a palavra, Sr. Leandro Lapetina, Presidente,
111 recebemos um comunicado que entre os dias 23 e 25 de maio, ocorrerá o 18º Encontro
112 Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS,
113 cujo tema é “Plano Decenal, concretizando Pacto Federativo”, como foi tema da nossa última
114 Conferência a Política de Assistência Social, está se preparando para elaboração do próximo
115 Plano Decenal 2016/2026, então este tema ainda está em foco, ainda está em discussão, o
116 evento ocorrerá em Brasília, independente de ser um evento de colegiado de gestores, o
117 CMAS sempre participou nesses eventos, com base a esta participação, solicitei que a Sra.
118 Adriana, pudesse verificar a participação de 2 (dois) Conselheiros, sendo 1 (um) representando
119 o Governo e outro representando a Sociedade Civil, quando solicitei que isso fosse pensado na
120 participação de dois Conselheiros, gastos financeiros que este Conselho infelizmente tem um
121 recurso pouco para participação, e um representando o Governo, estaria à presidência, pois
122 representa a Política de Assistência Social, e representando a Sociedade Civil, tinha sugerido a
123 Vice-Presidente deste Conselho a Sra. Flávia Valentino, eu entendo que ela representa o
124 colegiado da Sociedade Civil, mas trago para discussão em relação a participação destes
125 Conselheiros. A Sra. Fernanda Souza, pede a palavra, “ relata ter ficado chateada, estava na
126 quarta-feira na reunião da Comissão de Políticas Sociais, e vi este evento que estavam
127 procurando passagem, perguntei o que seria, a Secretária Adriana me respondeu que era só
128 para Gestores, e que só iria ela e o Leandro, na sexta-feira, tivemos reunião da Diretoria
129 Executiva, o que pude perceber é que não sou bem vinda na Diretoria Executiva, porque eu
130 estou colocando a muito tempo, que eu faço parte da Comissão de Política e que gostaria de
131 ser Coordenadora, alguém aqui enquanto Conselheiro, que faz parte da Comissão de Políticas
132 Sociais, gostaria de Coordenador da Câmara? Eu me dispus a ser a Coordenadora, então o
133 Coordenador participa da Diretoria Executiva, que é onde trata alguns assuntos, na Diretoria
134 Executiva já estava programado quem iria participar deste evento, eu questionei o fato de estar
135 definido quem iria participar, perguntei se não teria que colocar para os Conselheiros, porque
136 não colocar para o colegiado? Eu coloquei que existem profissionais aqui dentro, que tem
137 condições de aprender, assim como outros estão indo aprender, aqui tem Conselheiros que
138 podem ir também, porque sempre os mesmos? Porque não pode ir um outro técnico? Então eu
139 fiquei muito triste pela mentira, porque omitiram para mim a real situação, onde na realidade já
140 iriam a Flávia e a Lucilene, mentira é muito feio, ainda mais para alguém que faz parte do
141 Conselho, não estou aqui de brincadeira, estou aqui enquanto técnica, para questionar sim,
142 decisões para a Sociedade Civil, porque eu faço parte da Sociedade Civil e sou Representante
143 da Classe Trabalhadora, há então alguns privilégios. Eu já tinha conversado com o Leandro,
144 respeito demais o trabalho dele, e sei que ele é correto e justo, no entanto, que ele trouxe para

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 06 / 2016

145 a Assembleia para a decisão. Somos todos Conselheiros, não há que ter privilégios entre
146 Entidade, entre pessoas, isso aqui não é coisa pessoal, é algo trabalhista, todo mundo aqui tem
147 uma função, todo mundo tem obrigação, todo mundo aqui responde cinco anos, porque
148 somente os mesmos? A pior parte não foi isso, a pior parte foi a omissão, a mentira. Porque
149 você perguntar e você falar que só iriam duas pessoas, e depois você saber que vão mais duas,
150 isso é muito feio para casa. Peço desculpas por estar trazendo a Assembleia, mas foi solicitado
151 que eu apresentasse em Assembleia, para que todos tenham o conhecimento da real situação,
152 e privilégios, outra questão gravíssima, liguei para o Conselho, a Entidade a qual eu trabalho
153 também é conveniada com a SEAS, perguntei se poderia ser entregue no mesmo padrão que
154 foi entregue para a SEAS, a resposta foi não, e disse que eu precisaria entregar no modelo do
155 CMAS, na sexta-feira, no ato da reunião, liga uma Entidade, que não cabe eu dizer o nome,
156 perguntando se poderia, manda o que tem, depois retifica, se pode para um, pode para todos,
157 por isso que não vejo como reprimir essas que esqueceram, tem muitas coisas que só quem
158 está participando consegue enxergar, isso não pode acontecer, nós enquanto Conselho, temos
159 que ser ímpar, não tenho que ter afinidade com um, e também não posso prejudicar o outro,
160 desculpe, é um desabafo porque estou achando o cúmulo certas situações e outras questões
161 (gravação de 19min:26seg à 24min:47seg.)”. Com a palavra o Sr. Leandro Lapetina, Presidente,
162 “acho que são duas questões distintas, uma é a relação da coordenação da Comissão de
163 Política Social, e outra a relação da participação de eventos. Com relação a coordenação na
164 Assembleia retrasada nós discutimos a junção de duas comissões, cada comissão tinha sua
165 coordenadora, nós juntamos essa comissão, e ainda de fato não conversou com quem das
166 duas iam ser a coordenadora desta comissão”. Com a palavra a Sra. Adriana, Secretária
167 Executiva, “no dia que se fez a junção a única presente era a Sra. Marilene (Conselheira), e a
168 Marilene assumiu a coordenação’. Fernanda Souza, relata “ que no dia da junção, foi em
169 Assembleia, e eu já havia falado, eu já venho falando isso a muito tempo, a Marilene veio
170 participar no dia 23, onde eu justifiquei, onde marcaram uma outra reunião para o dia 30, e não
171 avisaram aos outros Conselheiros, só quem estava presente que soube do dia 30, não foi
172 enviado e-mail para os outros participantes”. Sra Adriana informa que “ no dia 23 iniciou-se um
173 processo de análise, e as pessoas que iniciaram aqueles processos de análise não
174 conseguiram terminar e pediram maior prazo, como a casa fecha as 17hrs00, foi reagendado
175 um outro dia para elas terminarem, foi só por isso que as outras pessoas não foram
176 comunicadas, porque foi uma solicitação de quem estava analisando, e não teve tempo hábil
177 de terminar, então eles vieram um outro dia, para terminarem o que tinham começado, só por
178 isso, não teve uma reunião extra da reunião”. Fernanda Souza, diz que “ dentro de uma reunião
179 foi tratado uma coisa, pois está lá escrito no livro, no dia 30 já foi outras situações, então eles
180 viram uma coisa no dia 30, tinham outras para ver, não deu conta, aqueles outras não iniciou e

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 06 / 2016

181 parou, começou-se no dia 30 porque é isso que está relatado no livro”. Com a palavra o Sr.
182 Leandro Lapetina, Presidente, “estamos discutindo com relação a coordenação da Comissão e
183 não o processo da reunião”. Com a palavra a Sra. Silvana Maria Correia, “eu estava na reunião
184 do dia 23 e realmente se iniciou, eram 6 (seis) entidades, que foi tirada para se fazer as visitas,
185 como nós não terminamos, foi marcado o dia 30, assim nesse meio tempo já se iniciou as
186 visitas”. Sr. Presidente, com a palavra, “com relação a coordenação acho que podemos sentar
187 Marilene, Fernanda Souza, e pessoas a fim, e decidir se querem exercer seu papel de
188 Conselheiro como Coordenação, que bom, acho que tem que ter de fato, então decide-se entre
189 Diretoria essas duas Conselheiras, quem vai ser Coordenação desta Comissão”. Fernanda
190 Souza, pergunta porque não pode decidir agora. A Sra. Marilene está presente? Sr. Presidente
191 diz que não tem como decidir, pois a Sra. Marilene não está presente. Fernanda Souza, relata
192 que a Sra. Marilene já colocou na outra reunião da Diretoria Executiva, que ela não faria
193 questão. Sr. Presidente, diz que como a Sra. Marilene não está presente, que ele prefere
194 conversar com ela presente também. Ainda com a palavra o Sr. Presidente, com relação a
195 participação de eventos, estou no meu segundo mandato enquanto Presidente, estou neste
196 Conselho a 5 (cinco) anos, mesmo na época como vice-presidente, acho que fui muito
197 transparente no processo de participação destes Conselheiros, como falei no início a minha
198 sugestão para Adriana foi para a participação da presidência e da vice-presidência, e o ofício
199 que esta encaminhado para SEAS, que a deliberação seria desta Assembleia, eu não tomo
200 atitude nenhuma, enquanto Presidência, Diretoria sem o aval da Assembleia. A Sra. Ana Lucia
201 pediu a palavra, “como sugestão, porque não se envia um e-mail aos Conselheiros dizendo que
202 irá acontecer o evento em Brasília”. Sra. Adriana, relata que esse assunto ia ser tratado na
203 Assembleia, se antecipou os fatos, porque me viu fazendo pesquisa de passagens, temos
204 tempo hábil para liberar o dinheiro, então já começamos as pesquisas de quanto seria
205 passagem, quanto seria hotel, para tramitar para a Secretaria, e esse assunto seria tratado aqui
206 hoje. A Sra. Ana Lucia, diz que com o envio do e-mail aos Conselheiros, eles saberiam do que
207 se tratava o evento, e na Assembleia se manifestariam se gostariam de ir. A Sra. Adriana, relata
208 que não deu nem tempo de enviar o e-mail e diz que as ações são atropeladas sem entender
209 os trâmites que nós somos obrigados a cumprir. As pessoas atropelam os serviços e me foi
210 perguntado porquê? E eu disse que seria uma reunião de Colegiados de Gestor. Fernanda
211 Souza, diz que a Adriana disse que só iria ela e o Leandro, Adriana, diz que foi indicada pelo eu
212 e o Leandro, e foi aberto para a vice-presidente que é representante da Sociedade Civil, mas a
213 pauta também lhe falei, será abordada em Assembleia e decidida em Assembleia. O Sr.
214 Presidente, deixa a disposição dos presentes o ofício encaminhado a SEAS, o ofício diz que
215 será aprovado aqui em Assembleia, então não foi tomada nenhuma decisão, outras questão, a
216 Diretoria Executiva do mês de Abril ocorreu apenas na sexta-feira passada, o tempo hábil que

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 06 / 2016

217 nós tivemos para discutir e trazer assuntos para a Assembleia foi extremamente curto. Estamos
218 abertos a discussão a representação deste Conselho neste evento, sendo que são duas vagas,
219 uma para Governo e uma para Sociedade Civil, está aberta a participação para quem tiver
220 interesse em participar. O Conselheiro Antonio, pedi a palavra, “Sr. Presidente, site as datas
221 que vão acontecer o evento, o período que o evento será realizado e as situações que terão
222 que acontecer para chegar a este mesmo evento, para as pessoas tomarem ciências e verem
223 se tem ou não condições de participarem do evento, porque acredito que nem todas as
224 pessoas que estão aqui, tem condições de largarem o seu trabalho, a própria diretoria da
225 Entidade não libera eles, aqueles que tenham essa condição que se manifestem. Outra
226 situação, vou polemizar um pouco, numa outra época, disseram que eu não faço parte da
227 Política, só que eu sou da Câmara da Legislação, sou do CMDCA, da RP de Legislação e eu
228 participo da Diretoria Executiva, então eu acho muito injusto as pessoas que muitas vezes
229 participam são citadas que não fazem parte da Política”. A Sra. Adriana, faz a apresentação do
230 que acontecerá no evento em Brasília. Sr. Presidente, pede que os interessados se manifestem,
231 Gestores, Sociedade Civil, a Sra. Adriana pergunta a todos os Conselheiros presentes quem
232 gostaria de estar participando do Evento, apenas duas Conselheiras se manifestaram a Sra.
233 Flávia Valentino e Thayná (dará um retorno até o final da tarde). Com a palavra o Sr. Presidente,
234 “ A Assembleia então delibera a participação enquanto Órgão Gestor (Leandro), enquanto
235 Sociedade Civil – Thayná ou Flávia Valentino, e Secretaria Executiva do Conselho, Sra. Adriana.
236 A sra. Marilene está presente, então retomarei a questão da Coordenação da Comissão,
237 Marilene a Fernanda trouxe em Assembleia a questão da representatividade da Coordenação
238 das Comissões, como nós juntamos duas Comissões, você era de uma e a Fernanda de outra,
239 ficou uma única Comissão e vocês duas como Coordenadora, ela manifesta interesse em
240 continuar como Coordenadora, gostaria de saber se você manifesta interesse, ou se ela fica
241 como Coordenadora, Sra. Marilene diz que a Sra. Fernanda pode continuar na Coordenação.
242 Então Fernanda Souza, passa a ser a Coordenadora da Comissão de Políticas. É interessante
243 lembrar aos Conselheiros novos que na gestão de 2012/2013, este Conselho foi reconhecido
244 nacionalmente como méritos Conselho Nacional de Assistência Social, como o melhor
245 Conselho do país, por ser um Conselho participativo, por ser um Conselho que cumpre com a
246 legislação da Política de Assistência Social, por exercer seu papel de Controle Social, então na
247 gestão na qual eu estava Presidente, cumprimos o nosso papel, e na gestão passada com a
248 Sra. Lourdes, acho que continuamos a cumprir o papel e acredito que nós continuamos a
249 cumprir este papel de ser um Conselho imparcial, ser um Conselho que ouve a Sociedade Civil,
250 cumpre as legislações e cumpre o nosso papel de Controlador Social, acho que
251 questionamentos são sempre bem vindos, eu sempre peço que quando a gente fizer
252 questionamentos, que eles sejam de fatos com fundamentos, que a gente possa sentar, que a

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 06 / 2016

253 gente possa discutir, de forma sempre respeitosa como a gente sempre vem fazendo neste
254 Conselho, e a qualquer momento coloco meu cargo à disposição, porque eu represento um
255 Colegiado, então se esse Colegiado em algum momento apontar que eu não represento mais
256 esse Colegiado, estou extremamente tranquilo em deixar a Presidência e o Colegiado
257 entender que deverá ter uma nova representação, isso para mim também é extremamente
258 tranquilo, independente em representar uma gestão da Secretaria de Assistência Social e
259 independente de ser indicado pela Secretaria para estar ocupando essa cadeira, que ao ser
260 indicado, que eu exerceria o meu papel de forma ética e competente. Fernanda Souza, diz que
261 nada que ela falou diz respeito ao Presidente, uma vez que ela já havia falado com ele
262 anteriormente. **Item 4) Relato das Comissões Temáticas:** Com a palavra o Sr. Presidente,
263 relatará o que aconteceu na reunião da Diretoria Executiva, que se reunirão do dia 29/04/2016,
264 discutimos os assuntos que na verdade já estão aqui em pauta, que era a Suspensão da ARS e
265 da CCEV, o preenchimento do Demonstrativo Sintético de 2015 do Fundo Nacional que o
266 Rodrigo irá apresentar no próximo informe, a indicação dos representantes da Secretaria de
267 Saúde, a mesma oficiou a Sra. Michele e a Sra. Tarciana como representantes, a ciência da
268 posse da nova diretoria do CAMPS, temos duas solicitações de inscrição de Serviço de
269 Convivência e Fortalecimento de Vínculo, que é da Entidade do Centro Espirita Luiz Monteiro
270 de Barros e da Entidade Nurex, em respeito à Resolução Normativa do Conselho que fala
271 sobre o Serviço de Convivência, as Entidades estão sendo orientadas a agendar com a
272 Secretaria de Assistência Social, com a Gestão de Proteção Básica, para discutir sua atuação
273 enquanto Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, e tomamos ciência de um
274 processo de Emenda Parlamentar destinada ao Albergue Noturno no valor de R\$ 13.000,00
275 (treze mil reais), na qual a SEAS pediu a manifestação deste Conselho mas como o recurso
276 não está alocado no Fundo Municipal de Assistência Social, ele está alocado no Recursos da
277 SEAS, este Conselho entende que não tem autonomia para deliberar sobre o recurso, então
278 nós devolvemos para a Secretaria de Assistência.. **Comissão II**, com a palavra a Sra. Adriana,
279 relata que a Comissão se reuniu no dia 27/04/2016 e teve como pauta a análise do pedido de
280 inscrição do "Projeto Gota Rosa", da Gota de Leite, da qual foram solicitados alguns
281 esclarecimentos, está sendo encaminhado um ofício para a Instituição para manifestação.
282 **Comissão IV**, se reuniu no dia 28/04/2016, e a pauta foi a atualização da Resolução de
283 Inscrição de nº 209/2011, conforme orientações do Conselho Nacional de Assistência Social.
284 **Item 5) Informes do Gestor:** Rodrigo (Coordenador de Gestão do Sistema SUAS) falará sobre
285 o Demonstrativo Físico e Financeiro de 2015 com Recurso do Fundo Nacional de Assistência
286 Social, preenchimento obrigatório, prazo de preenchimento do Poder Público se encerrou agora
287 no dia 30/04/2016, trouxe para análise e aprovação deste Conselho, com o prazo de até dia
288 04/06/2016, aproveitou para fazer uma consulta, como o dia 04 está dentro de um período da

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 06 / 2016

289 Assembleia, a apresentação detalhada será realizada na próxima AGO. O outro informe seria
290 sobre a Instância de Controle Social, no dia 11/05/2016, realizaremos uma reunião no território
291 do Rádio Clube, por se tratar de um dos bairros com maior quebra de condicionalidades do
292 Bolsa Família, a reunião será no CECON São José, sito a Rua Tenente Durval do Amaral, 366,
293 às 09hr00. **Item 7) Assuntos Gerais:** O representante do FORTSUAS, Sr. Luiz, relata que a
294 semana passada tiveram o 2º Encontro na Faculdade UNIP, com a participação de estudantes
295 de Serviço Social, e umas das coisas que mais foram colocadas lá foi poder possibilitar a
296 participação do usuário, onde ficamos só na discussão, e não damos a possibilidade do usuário
297 estar participando, incentivar a participação dos usuários nas discussões da Política. A sra.
298 Thayná, relata que a próxima reunião será no Guarujá dia 09/06/2016. Com a palavra Sra. Luci
299 Freitas, relata sobre um filme chamado “O começo da Vida” de Estella Renner, do Instituto
300 Alana – UNICEF, o filme retrata o papel de pai/mãe, estar com a criança, brincar com ela,
301 contar histórias, cantar, olhar nos olhos. Luci diz sobre a importância da realização de um
302 Seminário sobre Políticas Públicas, para população em situação de rua, com as Universidades,
303 ONG’s, esse assunto surgiu em uma ampla discussão dentro do COMAD. Ainda solicito
304 informações sobre o Projeto Fênix, Luci apresenta uma reportagem do jornal Diário do Litoral
305 de domingo pág. 6, que diz que o município de Santos não possui legislação específica no
306 caso do enterro social, na oportunidade pede explicações sobre o caso. A colaboradora Léia
307 relata que essa discussão já foi feita num passado, na época da Rozita, não descobriam de
308 onde viam isso, nós sim conseguimos realizar essa parte, antigamente não tínhamos como
309 comprar as flores, hoje já existe essa possibilidade, a única coisa que não ocorre é o velório,
310 porém lá no Cemitério da Areia Branca, eles abrem o caixão para que seja feita a oração, e não
311 é enterrado como indigente. Segundo informações da Sra. Rejane, existe um acordo instituído,
312 porém é um acordo verbal entre as funerárias da Santa Casa e da Beneficência Portuguesa,
313 não tem nada regulamentado, nada documentado, nada por escrito. Vale ressaltar que na
314 Política de Assistência não tem nada que diz ser responsabilidade da Assistência. O
315 Conselheiro Toninho, solicita que este Conselho encaminhe ao presidente da Câmara dos
316 Vereadores um ofício solicitando a regulamentação desse assunto em lei (Enterro Social), para
317 que façam um processo, e que já entre em votação na Câmara. Vale ressaltar que a montagem
318 dessa Lei, tem que ser com alguém que conhece muito, para não ter lacunas, e pessoas das
319 quais não necessitem do serviço se beneficiar, por conta das brechas. Luci Freitas pede uma
320 explicação sobre o Auxílio Funeral, o Sr. Leandro Lapetina, responde que como o Auxílio
321 Natalidade, é um benefício eventual. A Sra. Rejane, relata que a população de rua vem
322 crescendo, e que os mesmos não estão acessando os serviços oferecidos, com relação ao
323 seminário, temos interesse em estar realizando, porém não tem nada ainda organizado. A Sra.
324 Tais Aguiar, se prontifica em estar levando ao Secretário da Cidadania o aumento significativo

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 06 / 2016

325 da população de rua, e um trabalho na conscientização dos munícipes. Sem mais assunto a
326 tratar, a Assembleia foi encerrada pelo Presidente Leandro Lapetina e eu Beatriz Gomes
327 Pereira, lavrei a presente ata, a qual se apresenta assinada por mim e pelo Presidente,
328 Leandro Lapetina.

329

330

331 Leandro Lapetina Freire

Beatriz Gomes Pereira

332 Presidente

1ª Secretária